

02/03/2017 - 20h27 - Sinttel-ES

## Telefonistas demitidas da Sandes/CEF devem procurar o Sinttel



Finalmente, as telefonistas da Sandes, empresa que prestava serviços para a Caixa Econômica Federal, cedendo mão de obra, poderão fazer a rescisão de contrato, ingressar no seguro desemprego (aquelas que ainda estão desempregadas) e sacar o FGTS.

Essa é a mais uma

conquista do departamento jurídico do Sinttel-ES, que propôs uma ação trabalhista no dia 14/04/2016, para recuperar o prejuízo sofrido por dezenas de telefonistas que não puderam sacar o FGTS, pois o Sinttel-ES não homologou (aceitou) que fossem feitas as rescisões de contrato sem que o FGTS tivesse sido depositado. Como a empresa não depositou o valor de 40% sobre o saldo do FGTS, corresponde à multa pela demissão, o Sinttel-ES pediu à justiça que obrigasse a Sandes Conservação e Serviços ou Caixa Econômica Federal a pagar o FGTS das empregadas demitidas.

E isso aconteceu no dia 16 de Dezembro de 2016, quando o juiz da 9ª Vara do Trabalho de Vitória condenou a Sandes e subsidiariamente a Caixa Econômica Federal ao pagamento da multa de 40% do FGTS, bem como as multas dos arts. 467 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essas multas estão previstas devido ao atraso no pagamento das verbas rescisórias.

Mas somente no dia 23/02/2017 a juíza Lucy Lago fez um despacho, determinando a publicação do Edital da Sentença Coletiva e expedisse, de imediato Certidão, discriminando inclusive os substitutos (telefonistas) beneficiadas com a expedição de alvarás para saque do FGTS e ofícios para habilitação do seguro-desemprego. O Sinttel também pediu que a Justiça condenasse a Sandes por dano moral coletivo, mas o pedido foi negado.

Desta forma, as telefonistas terão que procurar o Sinttel-ES, ligando

para 27 3223-4844 (falar com Oscarina) para que o departamento jurídico entre com ações de execução individuais ou em grupo (que a gente chama de plúrimas) e, assim poderem – finalmente – receber o que falta nas rescisões de contrato e sacarem o FGTS e, ainda, ingressar no programa do seguro-desemprego.

### Documentos para as ações de execução

Resultado de imagem para telefonistas dProcuração (que será assinada no Sinttel), Extrato FGTS – que deve ser tirado na Caixa Econômica Federal e cópias xerox da CPTS (páginas dos dados pessoais e do contrato com a Sandes).

### Condenação da Caixa

A juíza Fernanda de Morelo, escreveu na sentença, que “Na hipótese de a Administração Pública (CEF) não fiscalizar o cumprimento efetivo do contrato celebrado com a prestadora de serviços (Sandes), inclusive no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias (FGTS, INSS PIS, etc), fica caracterizada a culpa, de acordo com os arts. 186 e 927 do Código Civil”. Ou seja, a CEF não fiscalizou a sua contratada e por isso também foi condenada a pagar, caso a Sandes não pague.

Segundo a juíza, “Não comprovar a adoção de medidas efetivas para garantir o pagamento das parcelas alimentares devidas a reclamante, posto que a obreira sequer teve a integridade dos depósitos fundiários recolhidos, ao longo do vínculo laboral. Aponta a ineficácia e ineficiência da fiscalização do ente público”.

“É que, o artigo 455 da CLT, preconiza que o mero inadimplemento das obrigações trabalhista possibilita a responsabilização subsidiária do tomador de serviço, sem qualquer distinção concernente à natureza das verbas devidas. Desta forma, reconhece-se a responsabilidade subsidiária da CEF em relação à totalidade das verbas devidas às telefonistas.”





02/03/2017 - Telesíntese

## BondHolders da Oi estendem oferta de plano alternativo até 31 de março

O plano alternativo de reorganização da companhia tinha validade até 28 de fevereiro e foi apresentado pelo Steering Committee e Orascom TMT Investments, do egípcio Naguib Sawiris.

O Steering Committee e o grupo Ad Hoc de BondHolders da Oi S.A. e suas afiliadas anunciaram ontem (1º) que a oferta do plano alternativo de reorganização da companhia, prevista para expirar em 28 de fevereiro foi prorrogada até 31 de março de 2017. Segundo o comunicado, o Steering Committee e o Orascom TMT Investments, do egípcio Naguib Sawiris, acreditam que a recente decisão da corte solicitando à Oi para responder à objeção proposta pelo Steering Committee, por meio de alguns de seus membros, em relação ao plano de reorganização proposto pela companhia em 5 de setembro de 2016, permite abrir a discussão em torno dos méritos do Plano Alternativo entre a companhia e seus acionistas.

O Plano Alternativo é um plano conduzido por credores que foi desenvolvido por vários membros do Steering Committee e seus parceiros

estratégicos. E tem por objetivo prover o justo valor aos credores e acionistas e levar a companhia a obter sucesso. Além disso, observa o documento, o fato de incluir, como parceiro, uma operadora de telecomunicações de classe internacional assegura que o Plano Alternativo trará os recursos de capital e de gerenciamento necessários para garantir a competitividade da companhia.

O Plano Alternativo contempla um significativo novo investimento de US\$ 1,25 bilhão – uma oportunidade para os credores que queiram participar do novo investimento. Segundo o comunicado, o Steering Committee e seus parceiros estratégicos estão sempre considerando a possibilidade de refinarem o Plano Alternativo a partir das contribuições recebidas dos credores e acionistas da Oi.

02/03/2017 - Telesíntese

## A TV paga continua a encolher. Na contramão, Oi cresce 12% nos últimos 12 meses

**O serviço manteve o ritmo de encolhimento de atividades. Em janeiro, só Oi e Cabo tiveram adições em sua base. As demais operadoras perderam clientes.**

No mês de janeiro de 2017, a base de clientes das operadoras de TV paga, em seu conjunto, perdeu 105,4 mil assinantes, fechando com 18,69 milhões de usuários. Das operadoras listadas na Anatel, só Oi e Cabo registraram adições em sua base de clientes, com pequenas oscilações positivas. Considerando os últimos 12 meses, a única a ganhar clientes foi a Oi.

No período, a operadora apresentou crescimento de 12,03% em sua base de assinantes do serviço, com mais 141,55 mil assinantes. Todos os outros grupos apresentaram redução, destaque para a Blue com queda de 30,66%, redução de 46.116 assinantes. De fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, a base de clientes da TV paga no país perdeu 364,46 mil assinantes, menos 1,91%.

## Para PGR, Senado deve votar marco legal de telecom no Plenário

O Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sustentou junto ao Supremo Tribunal Federal que há assinaturas de sobra para levar o novo marco legal de telecomunicações ao Plenário do Senado. Para o PGR, a magnitude das mudanças no modelo atual também justifica que o projeto de lei 79/16 seja submetido à nova votação.

“A relevância e a repercussão social e econômica da matéria tratada naquele projeto de lei sublinha a legitimidade da minoria em buscar sua apreciação pelo Colegiado pleno da Casa Legislativa. As propostas contidas no projeto de lei fixam novo marco regulatório, na medida em que modificam substancialmente o principal alicerce do atual modelo de telecomunicações”, afirma na manifestação encaminhada ao Mandado de Segurança 34562/16.

“Além disso, o projeto de lei em questão passa a permitir a renovação indefinida da concessão por períodos de 20 anos, enquanto o texto em vigor só permite a renovação do contrato de concessão uma única vez pelo mesmo

período de 20 anos. A preocupação, aqui, surge da extinção da licitação que deveria ocorrer ao final do prazo da concessão.”

A ação foi movida por senadores da oposição que desde o fim de 2016 tentam levar o projeto ao Plenário do Senado. Para o PGR, há número mais do que suficiente de assinaturas para que a presidência daquela Casa aceite os recursos e encaminhe o PLC 7916 à votação.

“Não há diferença se um décimo dos senadores evidenciaram sua irresignabilidade em uma, duas ou três petições recursais. (...) [P]elo menos quatorze senadores manifestaram, de forma efetiva e incontroversa, seu inconformismo com a deliberação terminativa. (...) É certo, diante disso, que houve a interposição de recurso por mais de um décimo dos membros do Senado, como disposto no art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, de forma que resta inviabilizado o encaminhamento do projeto para sanção, sem que antes seja a matéria submetida ao crivo do Plenário daquela Casa.”

02/03/2017 - CARTA CAPITAL

## Aécio pediu 15 milhões de reais na eleição de 2014, diz Odebrecht

**Em depoimento à Justiça Eleitoral, o empreiteiro afirma que o tucano fez o pedido em meio à disputa com Marina Silva na campanha de 2014**



### Aécio: enroscado pelo depoimento de Odebrecht

Em dezembro de 2014, menos de dois meses depois da quarta derrota consecutiva nas eleições presidenciais para o PT, o PSDB entrou com ações na Justiça Eleitoral para cassar o mandato de Dilma Rousseff e de seu então vice, Michel Temer (PMDB), por abuso de poder econômico.

Com o impeachment da petista, ao qual o PSDB se dedicou com afinco, a ação no Tribunal Superior Eleitoral, presidido por Gilmar Mendes, se tornou uma espécie de "coringa" para os tucanos, e uma ameaça a Temer. Como deixou claro o senador Cássio Cunha Lima em uma entrevista, ela só avançaria caso o novo governo não andasse na linha.

Agora, em março de 2017, a ação volta para assombrar os tucanos. Conforme apurou CartaCapital, em depoimento no TSE, na quarta-feira 1º, o empresário Marcelo Odebrecht, dono da empreiteira que leva o nome de sua família, relatou diversas conversas com Aécio Neves e contou que o senador, presidente do PSDB e então candidato ao Palácio do Planalto, sempre pedia contribuições de campanha.

No início da disputa eleitoral, Odebrecht disse que Aécio pediu 5 milhões de reais. Um outro pedido teria ocorrido no meio do primeiro turno, quando a disputa entre Aécio e Marina Silva estava bastante acirrada. Odebrecht afirmou que inicialmente negou o pedido do tucano, por considerar o valor muito alto, e que Aécio rebateu sugerindo como "alternativa" que os pagamentos fossem feitos aos seus aliados políticos.

As tratativas para o pagamento foram realizadas, segundo o delator, por Sérgio Neves, superintendente da Odebrecht em Minas Gerais, e Oswaldo Borges da Costa, apontado como tesoureiro informal do tucano. Odebrecht disse ter sido informado, após ser preso na Operação Lava Jato, que o aporte financeiro pedido por Aécio não se concretizou e que só se recorda de doações oficiais para o tucano.

Ocorre que o valor de 15 milhões de reais citado por Odebrecht coincide com uma anotação a constar de uma planilha da empreiteira apreendida pela 26ª fase da Operação Lava Jato. Batizada de Xepa, a operação descobriu a existência do departamento de Operações Estruturadas da companhia, definido pelo Ministério Público Federal como "departamento de propina".

Este valor de 15 milhões de reais estava anotado ao lado de "Mineirinho", alcunha que se referia a Aécio, segundo contou Claudio Melo Filho, ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht e delator da Lava Jato. O valor teria sido pago entre 7 de outubro e 23 de dezembro de 2014. Os detalhes da operação devem constar na colaborações premiadas de executivos da empreiteira homologadas pelo STF no início do ano.

O PSDB afirmou que as doações feitas pela Odebrecht foram declaradas à Justiça Eleitoral e que Odebrecht em nenhum momento "disse ter feito qualquer contribuição de caixa dois à campanha eleitoral do partido em 2014". Ainda segundo o PSDB, Oswaldo Borges nunca foi tesoureiro informal de nenhuma campanha do partido.

02/03/2017 00h05 - Carta Capital

## Reforma da Previdência ignora 426 bilhões devidos por empresas ao INSS

**Dívida é o triplo do déficit anual calculado pelo governo. Entre as devedoras, estão as maiores do país, como Bradesco, Caixa, Marfrig, JBS e Vale**

Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer.

“O governo fala muito de déficit na Previdência, mas não leva em conta que o problema da inadimplência e do não repasse das contri-

buições previdenciárias ajudam a aumentá-lo. As contribuições não pagas ou questionadas na Justiça deveriam ser consideradas [na reforma]”, afirma Achilles Frias, presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria estudou e classificou essas 32.224 empresas que mais devem, e constatou que apenas 18% são extintas. A grande maioria, ou 82%, são ativas.

Na lista das empresas devedoras da Previdência, há gigantes como Bradesco, Caixa Econômica Federal, Marfrig, JBS (dona de marcas como Friboi e Swift) e Vale. Apenas essas empresas juntas devem R\$ 3,9 bilhões, segundo valores atualizados em dezembro do ano passado.

A Repórter Brasil entrou em contato com essas empresas para entender quais são os pontos em desacordo. O Bradesco afirma que não comenta processos judiciais. A JBS diz que está negociando a dívida com a Receita Federal.

A Marfrig afirma, em nota, que discute judicialmente a possibilidade de compensação de débitos previdenciários com créditos relativos ao PIS e a COFINS e que negociou o parcelamento da dívida. A Vale informa que possui questionamentos judiciais referentes às contribuições previdenciárias e que ofereceu garantias da dívida, o que a permite estar em ‘regularidade fiscal’. A Caixa Econômica Federal não se pronunciou.

Confira a lista dos 500 maiores devedores da Previdência:

<http://migre.me/warXB>

### Parte da dívida não pode ser recuperada

Apesar da maior parte das empresas devedoras estarem na ativa, no topo da lista há também grandes companhias falidas há anos, como as aéreas Varig e Vasp. Por isso, nem toda a dívida pode ser recuperada. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS – ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonadoras ou laranjas.

Apenas R\$ 10,3 bilhões (4% do montante da dívida) têm alta probabilidade de recuperação, segundo estudo da procuradoria divulgado em março do ano passado. Do classificado à época, referente à R\$ 375 bilhões de dívidas, constatou-se que 38% têm média chance de recuperação; 28% tem baixa chance e 30% tem chances remotas (veja detalhes no quadro abaixo).

Leia a matéria completa em: <http://migre.me/warXc>

### As 20 empresas que mais devem para a Previdência Social (em milhões de reais)

1ª	Varig	3.713
2ª	JBS	1.837
3ª	Vasp	1.683
4ª	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582
5ª	Banco Comercial Bancesa	1.418
6ª	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219
7ª	Marfrig	811
8ª	Instituto Candango de Solidariedade	700
9ª	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648
10ª	Águas e esgotos do Piauí	585
11ª	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564
12ª	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550
13ª	Prefeitura Municipal de São Paulo	549
14ª	Caixa Econômica Federal	549
15ª	Teka (em recuperação)	531
16ª	Dedini (em recuperação)	500
17ª	Gazeta Mercantil	484
18ª	Eucatur	480
19ª	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475
20ª	Banco Bradesco	465